

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE  
REGISTROS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL**

**FULANO DE TAL**, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da CTPS nº XXXXXXXX Série XXXX UF, inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada na ENDEREÇO, CEP XXXXX-XXX telefone XXXXXX, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, requerer

**RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE CASAMENTO**

pelas fatos e fundamentos adiante expostos.

**DOS FATOS**

No registro de casamento da requerente, lavrado no Livro nº XXXXX Fls. XX, do Cartório do Xº Ofício de Notas, Registro Civil e Protestos Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, consta um erro na grafia do nome do seu pai.

Onde consta o nome FULANO DE TAL deveria constar FULANO DE TAL. Nota-se que a troca se deu no sobrenome TAL em que a letra “X” foi trocada pela letra “X”. A primeira vista poderá parecer um simples erro de digitação, entretanto tal erro “TAL” vem ocasionando transtornos à requerente, pois a mesma não logrou êxito em obter uma nova Carteira de Identificação junto a Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal.

A grafia correta do nome de seu pai é comprovada pela documentação de Registro de Casamento dos seus pais, assim como também pela Carteira de Trabalho da requerente. Cabe salientar que sobrenome da requerente – TAL – escreve-se com X, diferentemente do sobrenome de seu pai – TAL, porque é oriundo de sua mãe.

Salientamos que não se trata de uma simples mudança de grafia, mas sim de uma correção que protegerá a requerente de possíveis constrangimentos juntos a órgãos públicos, como por exemplo na obtenção benefício da seguridade social, onde muitas vezes por haver pessoas com nomes idênticos o fator de diferenciação é o nome dos seus pais.

## **DO DIREITO**

Nos termos da Lei 6.015/73:

“Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o

órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório”.

## **DO PEDIDO**

De acordo com o exposto, requer:

- o benefício da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- a intimação do Ilustre membro do Ministério Público, nos termos da lei;
- a procedência do pedido, determinando-se ao cartório de registro que altere, no assento de casamento da requerente, o nome de seu pai de FULANO DE TAL altera-se para FULANO DE TAL
- que seja expedido o competente mandado para fins de averbação no Registro Civil, determinando-se que seja expedida nova certidão sem ônus para a Requerente.

Provará o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelos documentos em anexo.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXX, UF DIA de MÊS de ANO.

---

**FULANO DE TAL**  
**Requerente**

---

**Defensor (a) Público (a)**

---

**FULANO DE TAL**

